

---


**EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA 001/2022 - PEDIDO ESCLARECIMENTOS**

---

**De :** aroldo rezende <aroldo.rezende@prevcommg.com.br>

qui, 05 de mai de 2022 16:51

**Assunto :** EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA 001/2022 - PEDIDO  
ESCLARECIMENTOS

 2 anexos

**Para :** selecaoefpc@pjf.mg.gov.br

Prezados Senhores,

Por solicitação de nossa Diretoria Executiva, segue anexo pedido de esclarecimentos e impugnação ao edital em referência.

Solicitamos acusar o recebimento da presente mensagem.

Att.



| Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais

Aroldo de Rezende Bastos Pereira | **Coordenador Jurídico**

[aroldo.rezende@prevcommg.com.br](mailto:aroldo.rezende@prevcommg.com.br)

(31) 2526-0053

(31) 97169-1959

---

 **Editais Juiz de Fora - Pedido de esclarecimentos e Impugnação.pdf**  
472 KB

---

À  
**SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**  
**Subsecretaria de Licitações e Compras – SSLICOM**

**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA- MG**

**PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022**

À  
Comissão Especial

**A Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – PREVCOM-MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.275.737/0001-97, com sede na Rua Rio Grande do Norte, nº 867, Edifício Lymirio Trindade, sala 601, bairro Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30.130-135, por seu representante legal, vem respeitosamente perante V. Sas. pela presente peça, formular

***PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL***

nos termos do Edital de Seleção Pública Nº 001/2022, publicado no Diário Oficial do Município em 30 de abril de 2022 e no art. 164 da lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

01. A solicitante é Entidade Fechada de Previdência Complementar de natureza pública, criada pelo Estado de Minas Gerais pela Lei Complementar nº 132 de 7 de janeiro de 2014, com autorização de funcionamento concedida pela PREVIC por meio da Portaria nº 215, publicada no D.O.U em 28 de abril de 2014.

***I. Da Tempestividade:***

02. O Edital em referência foi publicado no Diário Oficial do Município em 30 de abril de 2022(sábado).

03. Consoante dispõe o item 4.3 do edital, o pedido de esclarecimentos deverá ser no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do edital e encaminhado eletronicamente para o e-mail–[selecaoefpc@pjf.mg.gov.br](mailto:selecaoefpc@pjf.mg.gov.br), declinado no item 4.4, do mesmo Edital.
04. Assim, a contagem de *dies a quo* do pedido de esclarecimento iniciou-se no dia 2 de maio de 2022 e terminaria no dia 6 de maio de 2022 (sexta-feira).
05. Desta forma, o pedido ora formulado, **encaminhado eletronicamente em 5 de maio de 2022, é plenamente tempestivo.**

## **II. Dos esclarecimentos:**

06. Conforme consta do preâmbulo do Instrumento Editalício, são apontadas as normas legais e infralegais que seriam condutoras do “processo de seleção pública”.
07. Todavia, verifica-se que **as normas citadas não disciplinam o alegado procedimento e, tampouco, se tem menção da informada modalidade de “seleção pública”.**
08. O item 2.2 da proposta técnica (anexo I), solicita sejam informadas a Taxa de Carregamento e ou Taxa de Administração, praticadas pela EFPC, entretanto, não há menção do prazo pela qual referidas taxas deverão se manter sem elevação.
09. Desta forma, faz-se necessário o esclarecimento das seguintes indagações:

***a) Considerando que os gestores públicos estão submetidos ao Princípio da Legalidade e que, segundo a legalidade estrita, devem cumprir aquilo que a lei estabelece, a que Lei devemos nos referir para autorizar a “seleção pública” já que não encontramos a sua previsão legal?***

***b) Por qual período de tempo as taxas de carregamento e ou taxa de administração deverão se manter após a contratação?***

## **III. Da Impugnação:**

10. Sem embargo dos esclarecimentos suso requeridos, vem a Entidade qualificada em preâmbulo, por cautela, IMPUGNAR o edital em referência, fazendo-o pelas razões a seguir alinhadas.

11. Em face da inexistência da lei disciplinadora do presente “procedimento de seleção pública”, a presente impugnação é formulada, adotando-se por analogia, os preceitos e prazos estabelecidos pela lei 14.133 de 1º de abril de 2021, vez que, lançado instrumento convocatório público, ato administrativo formal, impõe-se a oportunidade de contestação pelo Administrado, configurado no art. 164 da aludida Lei.
12. Nesta senda, a tempestividade é apurada considerando-se 3 (três) dias úteis antecedendo ao certame.
13. Assim, na redação do item 12 do Edital, o prazo de apresentação dos envelopes terminaria no dia 15 de maio de 2022 (domingo), e o 3º dia útil antecedente é o dia 10 de maio de 2022 (terça-feira).
14. Desta forma, a impugnação ora formulada, encaminhado eletronicamente em 5 de maio de 2022, é plenamente tempestiva.
15. O presente edital, na forma como redigido, afronta o disposto no art. 37, 37, inc. XXI da Constituição Federal, que determina:

“Art. 37. (..)

...

*XXI. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigação de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

(Constituição federal de 1988)(grifou-se)

16. O dispositivo supracitado consagra o princípio da igualdade ou isonomia no âmbito dos procedimentos de escolha de contratantes com a Administração Pública.
17. O princípio é decorrência direta do direito fundamental à igualdade elencado no artigo 5º da Constituição da República e estabelece que, em igualdade de condições jurídicas, o Estado deverá dispensar o mesmo tratamento aos seus administrados, sem estabelecer entre eles quaisquer preferências ou privilégios.
18. Mais especificamente no âmbito das contratações com Entes Públicos, em que o objetivo da Administração é a obtenção de uma obra, serviço, compra, alienação, locação ou prestação de serviço público, o princípio da igualdade visa assegurar que todos os administrados possam se candidatar, em igualdade de condições, para o fornecimento de seus

serviços, sem o estabelecimento por parte da Administração de qualquer preferência ou privilégio a um ou a outro.

19. Como ensina José dos Santos Carvalho Filho, a igualdade “*significa que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro.*”<sup>1</sup>
20. No presente caso, ao adotar sistema de pontuação na tabela de classificação amparada no volume do patrimônio administrado pelas EFPC, taxas de rentabilidade histórica e quantidade de participantes (anexo único do Edital), **é cediço que privilegia a EFPC maiores e mais antigas (e que não necessariamente possuem experiência em gerir planos de previdência complementar de servidores públicos), que obviamente terão condições mais vantajosas do que as novas EFPC o que constitui violação do princípio da igualdade, criando favorecimento às EFPC de grande porte, em detrimento das demais que poderiam ser outros possíveis vencedores, mormente pela maior vantajosidade de preço (custos administrativos)** plenamente capazes de desenvolver as atividades elencadas no objeto do edital com qualidade igual ou superior às das companhias favorecidas pelo edital nos atuais termos.
21. Por outro lado, a Administração Pública deve priorizar a escolha da proposta mais vantajosa economicamente. Todavia, não é esse o resultado da aplicação de pontuação nas tabelas apresentadas no anexo I do Edital – fatalmente as maiores EFPC obterão classificação melhor e, conseqüentemente, maior pontuação. Destarte, a participação de EFPC em situações desiguais fere, outrossim, o princípio da igualdade, visto que as EFPC maiores e mais antigas sempre sairão em vantagem sobre as demais EFPC pelos motivos acima expostos.
22. É relevante destacar que os “processos de seleção” até então conduzidos por meio das aludidas tabelas **resultaram na concentração da maioria dos Entes Públicos em apenas 3 (três) EFPC, conforme admite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC**, em webinar realizado em 10 de fevereiro de 2022 (quadro anexo) (disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=iHswAXt\\_7pl](https://www.youtube.com/watch?v=iHswAXt_7pl). – aos 54:31 min.)
23. E não é só. A própria ATRICON (citada em preâmbulo no Edital), expediu Nota Técnica Complementar, **na qual alerta aos Entes Federativos da invalidade de pontuação como critério isolado de apuração do vencedor do “procedimento de seleção pública”**, tendo em vista que as EFPC em suas propostas, poderão obter classificações variadas entre os itens exigidos.

---

<sup>1</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 23. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2009.

#### **IV. Requerimentos:**

24. Ante o exposto, requer o conhecimento desta Impugnação, julgando-a totalmente procedente para CANCELAR o EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022, seja porque o Ente Público não está autorizado a praticar qualquer ato de gestão sem lei anterior autorizativa, seja pelo direcionamento ínsito no anexo único do “procedimento de seleção pública”, que fere a obrigação de conceder igualdade de condições a todas a EFPC que vierem a participar do referido procedimento, ou seja pelo uso de pontuação como critério único de definição do vencedor. .

N. Termos,

P. E. Deferimento.

Belo Horizonte, 5 de maio de 2022.

The handwritten signature of Armando Bello in blue ink, with the prevcom MG logo below it.

Assinado de forma digital por  
ARMANDO QUINTAO BELLO DE  
OLIVEIRA JUNIOR:59192534600  
Dados: 2022.05.05 16:12:35 -03'00'

**Armando Quintão Bello de Oliveira Júnior**  
Diretor Presidente